



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

O Ócio na Filosofia de Nietzsche

Juliane Maciel Miranda

Seropédica
Novembro de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

O Ócio na Filosofia de Nietzsche

Juliane Maciel Miranda

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Filosofia, sob orientação
do Prof. Dr. Danilo Bilate.

Seropédica
Novembro de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JULIANE MACIEL MIRANDA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia,
sob orientação do Prof. Dr. Danilo Bilate.

MONOGRAFIA _____ EM 04/12/2024 com média:

Nota:

Prof. Dr. Danilo Bilate – UFRRJ
(Orientador)

Nota:

Prof. Dr. Luiz Philipe Rolla de Caux – UFRRJ

Nota:

Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes – UFRRJ

Dedicatória

Dedico este trabalho aos loucos que amam à vida e aos que sabem amar o amor. Àqueles que reconhecem sua loucura e a acolhem, pois sabem que há sempre alguma loucura no amor e alguma razão na loucura.

AGRADECIMENTOS

Dedico agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Danilo Bilate, não apenas por ter me acolhido generosamente como orientanda, mas também pela confiança depositada nas minhas capacidades, pela paciência e por ter incentivado meu amadurecimento acadêmico. Sem a sua orientação eu não teria realizado reflexões que impactaram profundamente tanto a minha graduação como meu desenvolvimento pessoal. Agradeço a UFRRJ por ter me proporcionado um ensino superior público de qualidade, mesmo em meio a tantas dificuldades. Aos funcionários, amigos e professores do Departamento de Filosofia dessa instituição por marcarem minha história com momentos de alegria e realizações.

Meus profundos agradecimentos ao Prof. Dr. Francisco de Moraes, por ter me recebido com muito respeito e esmero no curso de filosofia, realizando um trabalho excelente de estímulo ao conhecimento dos alunos do curso, ainda que no contexto delicado de pandemia. Da mesma forma agradeço ao Prof. Dr. Luiz Philipe de Caux que, com muita atenção às minhas considerações no decorrer das aulas, estimulou minha vontade de aprofundar meus conhecimentos nos temas que são de profunda relevância para minha formação. Os ensinamentos de ambos inspiraram a realização desse trabalho.

Agradeço, também, especialmente minha mãe Deuzenir e minha companheira, Sara, que também é meu amor e minha melhor amiga, pelo apoio e pelo carinho incondicional que sempre dedicaram a mim. Destaco agradecimentos aos meus amigos Marcus e Miguel, que me acompanharam desde o início da minha jornada no curso de filosofia, pela paciência, pelos conselhos e pela maravilhosa companhia, que espero ter comigo pelo resto da vida. O mesmo dedico aos amigos que fiz no trajeto de minha formação, Ângelo e Raquel, aos quais agradeço por terem me acolhido com tanta gentileza e afeição.

“Eu acreditaria somente num Deus que soubesse dançar. [...] agora, um deus dança dentro de mim.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho é centrado em uma análise dos textos de Nietzsche que exaltam o ócio em benéfico do exercício filosófico. Partiremos da leitura dos textos do autor a fim de compreender suas considerações a respeito do ócio e objetivando elucidar o que o motiva a contemplar no ócio uma potência criativa fundamental para a filosofia. Em consonância com o elogio ao ócio presente nas obras das fases intermediária e madura de Nietzsche, o estudo discute sucintamente como o resgate do ócio, entendido como prática nobre e criativa, pode contribuir para a superação de valores morais que visam suprimir e extinguir a possibilidade de aproveitamento do tempo ocioso e contemplativo. Reconhecendo que a valorização do ócio está subjacente a discussões relevantes para a prática filosófica contemporânea, primeiramente, será definido o sentido de “ócio” para que então seja possível situar o tema à luz de um exame objetivo sobre sua relação com determinados problemas na sociedade pós-industrial, principalmente no que diz respeito à ética. Para tanto, a metodologia adotada é a de análise textual e filosófica dos escritos de Nietzsche, além de outros textos filosóficos que serão auxiliares para abordar o tema sob uma ótica atual.

Palavras-chave: Nietzsche; Ócio; Ética; Filosofia.

ABSTRACT

This final paper is focuses on an analysis of Nietzsche's texts that praise leisure as beneficial for philosophical practice. We will begin by reading the author's texts to understand his reflections on leisure, with the aim of elucidating what drives him to view leisure as a fundamental creative force for philosophy. In alignment with Nietzsche's praise of leisure found in his middle and mature works, this study briefly discusses how reclaiming leisure, as a noble and creative practice, can contribute to overcoming moral values that seek to suppress and eliminate the possibility of enjoying contemplative and idle time. Acknowledging that the valorization of leisure is foundational to relevant discussions within contemporary philosophical practice, we will first define the concept of "leisure" in order to situate the theme through an objective examination of its relationship with specific issues in post-industrial society, particularly regarding ethics. For this purpose, the methodology adopted is a textual and philosophical analysis of Nietzsche's writings, as well as other philosophical texts that will serve as resources for examining the topic from a contemporary perspective.

Keywords: Nietzsche; Leisure; Ethics; Philosophy.

LISTA DE ABREVIATURAS

A - AURORA

BM - ALÉM DO BEM E DO MAL

CI - CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS

EH - ECCE HOMO

GC - A GAIA CIÊNCIA

GM - A GENEALOGIA DA MORAL

HH I - HUMANO, DEMASIADO HUMANO – VOL. I

HH II - HUMANO, DEMASIADO HUMANO – VOL. II

AS - O ANDARILHO E SUA SOMBRA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAP. 1. O SIGNIFICADO DE ÓCIO	14
CAP. 2. O ÓCIO ENOBRECE O HOMEM	23
2.1. O TÉDIO E A MÁQUINA	27
2.2. EM FAVOR DA INUTILIDADE	30
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

INTRODUÇÃO

Nietzsche foi um filósofo disruptivo, comprometido com a superação do dogmatismo sob revisão e exame minucioso de diversos temas relevantes para filosofia. Durante boa parte de suas obras, refletiu sobre a moral, a cultura e a prática filosófica, considerando, principalmente, qual legado deixaria para as gerações futuras. No decorrer da presente investigação, algumas dessas reflexões serão recuperadas a fim de elucidar do que se trata o “ócio” para a filosofia nietzschiana e como o tema é situado em relação ao interesse do autor quanto à ética e à prática filosófica.

As obras analisadas pertencem ao período intermediário e mais maduro do autor. Delas foram extraídos aforismos e menções ao tema fundamentais para o entendimento do significado de ócio. A partir disso, considera-se a seguinte questão: “Como se justifica a relevância do ócio, segundo Nietzsche?”. Para apresentar a resposta para o problema, faz-se necessário dividir este trabalho em duas principais partes: a primeira é centrada no significado de ócio sob uma ótica não apenas nietzschiana, mas a partir da contribuição de outros autores; a seguinte visa interpretar de forma sucinta quais as implicações que o ócio tem com a moral, de acordo com Nietzsche, para ser derivada a sua relevância em contexto social.

Também partiremos do pressuposto de que o ócio é imanente à prática filosófica e que a filosofia está situada na sociedade contemporânea como um exercício solapado pela cultura, se considerarmos o enervamento do pensamento crítico, autêntico e criativo em uma sociedade que visa produtividade no trabalho acima de qualquer outra atividade. Em vista disso, a filosofia, como compreendida nesta pesquisa, não poderia ser reduzida a uma atividade laboral sob preceitos modernos, mas sim como uma manifestação espontânea do pensamento humano que surge do *ócio*. Compreendemos, portanto, devermos recuperar o ócio como um valor positivo em favor da humanidade e do pensamento, sendo ele um tema de extremo interesse filosófico.

É sob essas condições que no estudo que se segue, será explorada e discutida, de forma objetiva, a contradição presente na tentativa do senso comum de estabelecer uma antinomia entre os conceitos de trabalho e ócio, compreendendo o “ócio” não como um tipo de falta de ocupação ou indolência, mas sim um movimento para a ação de criar, sobretudo artisticamente, além de uma forma de afirmar a vida através das atividades intelectuais. A “filosofia do ócio” emerge como uma proposta de libertação, ao partir de uma perspectiva de superação da relação moral escrava entre o trabalho e a sociedade, em rompimento com a

norma vigente, que reduz a vida ao empreendimento escravo de uma ideologia que impõe uma moralidade imperativa, caracterizada, dentre outros aspectos, pela rejeição ao ócio.

Considerando os elementos que fundamentam às críticas de Nietzsche à moral escrava, o tema do ócio surge no contexto da proposta de uma transvaloração de todos os valores que atribuem à prática do ócio caráter nobre, um novo exame de seu sentido em detrimento à transvaloração realizada pelo cristianismo que assumiu o ócio dos gregos como um vício e uma imoralidade, subvertendo sua real natureza. Uma forma nobre de contemplar o ócio é compreendê-lo como atividade de enriquecimento intelectual. O ócio não poderia se opor ao trabalho se considerado como atividade de fortalecimento dos homens, como a cumprir, de certa forma, um papel semelhante ao do trabalho em favor da elevação da humanidade.

Será exposto, ao longo da presente arguição, como Nietzsche demonstra que a melhor forma de lidar com o sofrimento é reconhecer a doença e o cansaço como partes constituintes da existência humana, mas que ocorrem entre momentos de prazer que deveriam ser valorizados, se os valores vigentes na sociedade pós-moderna não estivessem contaminados pelos preconceitos e pela decadência proveniente da moral escrava. O modelo ético vigente é marcado pelo ressentimento, por uma noção de altruísmo que subjuga o indivíduo e suas próprias vontades, faz com que os homens sacrifiquem a si mesmos, em favor dos outros e que nunca se libertem da autodegradação.

Nesse contexto, os homens modernos e pós-modernos são enfermos em uma cultura de valorização exacerbada do trabalho e do serviço em vez de valorizar a humanidade e suas potencialidades para além do ofício. Assim, a indolência, a apatia e o tédio emergem como sintomas de uma sociedade adoecida pelo trabalho extenuante, afetos decorrentes dos movimentos repetitivos numa sociedade que glorifica o trabalho, que sintetiza a existência humana ao trabalho maquinal, automatizado e sem reflexão. O cultivo e a busca pelo conhecimento são rebaixados a práticas “inúteis” e despropositadas, de forma depreciativa. O mesmo ocorre com a arte e a vontade de criar sem pretensões ou interesses para além da própria criação.

A decadência da sociedade moderna, marcada pela obediência às instituições; e da sociedade pós-moderna, caracterizada pela cultura de desempenho desenfreado; obstruiu a relação dos homens com o ócio e deturpam o real sentido do termo, nascido dentre os nobres gregos como propensão para a reflexão. Em seu sentido original, o ócio era uma forma de acessar o conhecimento com o compromisso de tornar a vida uma experiência contemplativa, alegre e leve. A subversão do sentido de ócio o coloca na vida moderna como objetivo a ser conquistado, após uma longa jornada de trabalho, denotando-o como algo

similar ao tempo “livre”, ao lazer e à preguiça. Será esmiuçado ainda no primeiro capítulo a diferença entre o sentido desses termos e como eles foram assimilados erroneamente como prática de ócio no decorrer da história.

Considerando que o tema do ócio não é apresentado de forma sistematizada por Nietzsche, textos de comentadores e de outros filósofos que tratam do tema serão utilizados no decorrer da pesquisa a fim de trazer à luz da filosofia o assunto do ócio como um problema de interesse geral para a humanidade.

1. O SIGNIFICADO DE ÓCIO

Aristóteles reitera, em *Ética a Nicômaco*, que a felicidade depende do ócio para existir (CABEZA, 2016, p.14). É ele quem diz que “trabalha-se para ter ócio”, da mesma maneira que “faz-se guerra para ter paz”. Ele argumenta que a verdadeira felicidade (*eudaimonia*) não é apenas um estado emocional, mas sim uma realização plena do potencial humano, que se manifesta através da virtude e da atividade racional. Para Aristóteles, o ócio (*skholè*) é essencial para a felicidade, pois é nele que os indivíduos podem contemplar, refletir e cultivar suas virtudes. Como lidar com o sofrimento e com a vontade de felicidade em uma sociedade em que o prazer como bem final foi suprimido pelo desempenho?

Alguns célebres filósofos posteriores a Nietzsche se questionaram sobre o que, afinal, é o ócio e qual o seu objetivo, se é que há algum. Alguns desses pensadores compreendem o ócio como um sinônimo de lazer, como de Bertrand Russell, que defende o lazer como período importante da vida humana para permitir o direito a todos para “satisfazerem suas necessidades básicas e confortos elementares da vida”, e para que o resto de seu tempo possa ser utilizado “da maneira que lhe parecesse mais adequada” (RUSSELL, 2024, p.33). Do mesmo modo, Paul Lafargue associa o ócio aos princípios revolucionários socialistas, que visam emancipar os trabalhadores (LAFARGUE, 2016, p.15) para poderem desfrutar dos frutos do próprio trabalho conforme as próprias necessidades e vontades, sem a finalidade de se pôr em função do capital como fim mais elevado (LAFARGUE, 2016, p.32).

Lafargue não distingue o ócio da preguiça, como faz Nietzsche, por estar também considerando as “pausas” dos trabalhadores como um sinônimo de ócio, ou seja, ele trata a preguiça, o ócio e tempo livre como sinônimos. Os autores que divergem da interpretação nietzschiana do ócio não se preocupam diretamente com a etimologia do termo, mas suas perspectivas a respeito do trabalho, do lazer, do ócio, da preguiça e do “tempo livre” são relevantes para o debate filosófico relativo aos problemas contemporâneos que limitam as ações humanas à repetição e falta de consciência. Para deter-se ao sentido de ócio tomado por Nietzsche em seus escritos, uma aproximação entre a noção grega (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p.96) e a interpretação nietzschiana de ócio deve ser aprofundada, destacando esse conceito de possíveis outras concepções que distorcem o sentido original do termo segundo diferentes épocas e organizações sociais.

O ócio não tem o descanso como uma função que o defina, mas a ociosidade ocupa papel central para um tipo de descanso próprio para o fortalecimento, a recuperação e o desenvolvimento dos homens. Não se trata exatamente de um “abandono” do trabalho ou da

tarefa, pois, na verdade, o trabalho e o ócio possuem uma dinâmica similar, ambos são ações, mas o primeiro perdeu o senso de autonomia desde a modernidade e tornou-se apenas reprodução mecanizada. Antes o trabalho manufaturado permitia que o trabalhador ao menos fosse capaz de compreender o processo de criação, que fosse uma espécie de *senhor* artesão do próprio trabalho (DE MASI, 2000, p. 192). Os excedentes produzidos e vendidos possuíam qualidade alinhada com os objetivos de criação que eram próprios do trabalho manufaturado (DE MASI, 2000, p. 118). Já o ócio, exercido pelos nobres, era a atividade voltada ao entendimento e ao exercício intelectual, aos estudos da retórica e da filosofia.

Em paralelo ao trabalho, o ócio não se manifesta necessariamente como um “oposto”, mas como um ideal complementar, de contribuição para o pensamento, para o crescimento pessoal de *espíritos livres* e até benéfico para o próprio ofício, a fim de proporcionar condições para reflexão sobre o trabalho e seus objetivos principais. Em uma sociedade cujas capacidades produtivas permitem o desenvolvimento de tecnologia e de máquinas, que realizam trabalhos de força no lugar dos homens (DE MASI, 2000, p.107), não há sentido em submeter a humanidade ao trabalho que não depende da cognição. A rejeição dessa perspectiva, que atribui ao ócio papel fundamental para a realização de um trabalho digno, revela o caráter decadente da sociedade pós-industrial.

A decadência é um estado contingente da sociedade. O que significa que a existência humana não necessariamente deveria estar submetida aos valores de resignação sob os quais vem sendo forjada. Essa submissão das massas à moral que não reconhece nem valoriza o indivíduo como criador dos próprios valores, culmina em um estado de completa resignação graças ao espírito de rebanho dos homens, adequados a uma lógica de relações mediadas pelos objetos e pelo trabalho, uma época calcada no desempenho surge quando as cobranças externas e aquelas que os indivíduos fazem a si mesmos se “transformam em angústia, ansiedade, paralisia e a vida se torna apenas questão de sobrevivência” (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p. 96).

A história que precede a modernidade é marcada pela divisão explícita da sociedade entre senhores e servos. Aos senhores era reservado o direito ao ócio, aos servos, apenas o trabalho (DE MASI, 2016, p.17). A partir da modernidade e da cultura Iluminista que compreende todos os homens como “iguais”, o ócio nasce para a maioria das pessoas como um objetivo a ser conquistado, após uma longa jornada de trabalho. Assim nascem os dias de folga, as férias e demais períodos concedidos aos trabalhadores como momento de descanso, mas não como *ócio*.

Da ausência do ócio e a fatigante relação entre homens cansados e o trabalho surge um mal-estar sintomático, que revela o caráter adoecido da sociedade pós-moderna. Como uma pandemia, “a moral do trabalho” se distende e se fortalece enquanto a humanidade e as relações entre os homens se enfraquecem. Os valores sujeitos ao acúmulo de capital são perpetuados a cada geração, transmitindo como vírus um novo dogmatismo que advoga pela preeminência do trabalho em detrimento a todas as outras esferas da vida. O fenômeno social-antropológico que, mais tarde, Byung Chul-Han nomeará de *sociedade disciplinar* (HAN, 2015, p. 8) explicita aquilo que Nietzsche prenunciou sob a rubrica da época laboriosa (AS, 170), como uma ordem social com a ascensão da valoração da obediência.

Esse era, ademais, o cenário predominante das sociedades ocidentais do século XX, mas que sofreu uma mudança considerável a partir do século XXI, quando a normatividade da sociedade disciplinar deixa de se tornar ordem vigente e passa a ser substituída por um novo modelo social, que Byung Chul-Han chamará de *sociedade de desempenho* (HAN, 2015, p. 30). Se antes os homens já eram privados do direito ao ócio para que se adequassem à cultura de submissão às instituições, agora eles rejeitam o próprio ócio por terem absorvido os princípios dessa cultura. Afastados de uma possível vida contemplativa, os homens contemporâneos se resignam à domesticação, são adestrados para o trabalho. Absortos pelas promessas da ideologia capitalista (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p.99), acreditam que já estão *livres* e que o ofício eleito por eles a ser exercido até o fim de suas vidas é a principal prova dessa liberdade. Essa “adaptação” cega a um tipo contraditório de liberdade ocorre graças à demasiada *positividade* sob a qual agem, mesmo que ainda seja contra si mesmos.

A relação entre indivíduo e sociedade é consumida por um excesso de positividade, ou seja, coibida por uma liberdade coercitiva que funciona, ao mesmo tempo, como uma forma de controle social dissimulado e um esgotamento de todas as vontades. Paradoxalmente, o homem contemporâneo, dono de si mesmo, se submete a uma lógica de produtividade maximizada que o impulsiona a prender-se ao trabalho excessivo, a comprar compulsivamente e a se entorpecer com o máximo de estímulos sensoriais que consegue experimentar. O ócio perde espaço para um tipo de concentração de atividades hiperbólicas e passivas diante das telas (RUSSELL, 2024, p. 33), que circundam o desejo por prazer e resultam em insaciedade, por não haver reconhecimento consciente do que se deseja ou que está em excesso por parte do indivíduo que rejeita o ócio.

A moral do trabalho é uma moral de escravos (RUSSELL, 2024, p.28). Os indivíduos são usados, modelados e conformados, desde os primeiros anos de vida e primeiras interações às relações passivas, das quais recebe instruções e, na sequência, as replica. Constituem-se

como sujeitos incapazes de libertarem a si mesmos porque foram condicionados desde o nascimento para que se adequem a relações contratuais, como o casamento e as relações de parentesco, o trabalho remunerado e a legitimação de propriedades. São livres na medida em que podem decidir quais papeis devem assinar ou não, mas não são livres o suficiente para contestar o sentido ou motivações que os levam a essas escolhas. Essa configuração social, sob a qual todas as certezas são, na verdade, fundamentadas em ilusões que geram uma crise no coletivo, leva-a a um tipo de adoecimento e mal-estar generalizado.

Assim como Nietzsche outrora atestou, a humanidade está cansada (Cf. ZA II, Das Tarântulas), após a virada moderna do sentido de trabalho. Sem que compreenda e valorize as próprias capacidades e potencialidades, ela é sentenciada por si mesma a ser escravizada pelo trabalho (HAN, 2015, p. 37), de sujeitar-se à coercitividade laboral. Edifica-se uma sociedade cansada por despender demasiada energia em trabalho, que não enxerga outras possibilidades de existência. É conformado um exército de homens que se aprisionam em ciclos de exploração infundáveis.

A partir do período moderno, uma série de contradições são articuladas a fim de fazê-las valer coletivamente. A liberdade é um fardo e uma obrigação, há fragilidade na distinção entre vida pública e privada e confusão entre as posições de senhor e servo, graças à crença na igualdade humana. Em última instância, o que o homem moderno compreende como “tempo de ócio” se confunde o sentido original do termo com a prática recente de “pausa” entre as atividades obrigatórias centradas na vida laboriosa. O cansaço suscitado depois de uma longa jornada de trabalho opera segundo as exigências da positividade, convertido a um tipo de liberdade de forma que não passa a ser mais sequer um tipo de descanso para relaxação ou para repor as forças gastas no trabalho: trata-se de um esgotamento excessivo engendrado em uma dinâmica de positividade contínua, estimulando o indivíduo da sociedade de desempenho a desenvolver uma espécie de “infarto da alma” (HAN, 2015, p. 46).

A extinção do ócio na sociedade contemporânea provoca o esgarçamento das relações sociais (GALLARDO, 2018, p. 175), enfraquecendo suas potencialidades e a possibilidade de exercitar o pensamento crítico e autêntico, por fim, uma aniquilação do mundo humano como era conhecido antes da Revolução Industrial. As relações humanas, o mercado e até mesmo o pensamento moderno, passam a existir em função do lucro e do trabalho para acúmulo de lucro. Nessas circunstâncias, é possível contemplar a importância do ócio em seu sentido filosófico e social, além de revelar uma necessidade de revisitar o significado de ócio a fim de recuperar seu real propósito, levando em consideração um melhoramento da vida coletiva.

O que denota o caráter nobre do ócio e que não pode ser entendido como um “tempo” nem como um conjunto de atividades pré-determinadas que se denominam como tal, mas como um tipo de forma de se lidar com o mundo. O “tempo livre” assimilado pelos modernos como ócio é uma conquista restrita aos trabalhadores do período industrial, que concebiam as férias e as folgas como momentos de exercício da ociosidade (CABEZA, 2016, p. 12), uma ideia realizável aos fins de semana ou em feriados. Por outro lado, o *ócio*, como forma de vida nobre, tem função crítica no que tange à cultura, à educação e à formação de um espírito livre e não é restrito por tempo nem é ameaçado por atividades laborais. O ocioso, para Nietzsche, é melhor do que o ativo por agir segundo a própria vontade e princípios, por não se submeter ao trabalho, que para os nobres gregos era tido como um tipo de demérito (MAZAMBONI, 2023, p. 41), uma atividade estigmatizada por ser comum aos indivíduos de “cultura inferior”.

As atividades de lazer são as ações desinteressadas, especialmente relativas ao entretenimento, empreendidas de forma livre, sem finalidade utilitária, apenas são fontes de prazer que não possuem, necessariamente, condição de atividade intelectual ou relativa às artes. As sutilezas que distinguem o lazer do ócio não são aprofundadas por Nietzsche, mas ele demonstra compreendê-los como conceitos diferentes ao apresentá-los separadamente:

Os eruditos se envergonham do *otium* [ócio]. Mas há algo de nobre no *ócio* e no *lazer*. — Se o ócio é realmente o começo de todos os vícios, então ao menos está bem próximo de todas as virtudes; o ocioso é sempre um homem melhor do que o ativo. — Mas não pensem que, ao falar de ócio e lazer, estou me referindo a vocês, preguiçosos. (HH I, 284. Grifo nosso.)

A filosofia nietzschiana trata de temas polêmicos, como o sofrimento e a finitude humana. Inspirado por outros filósofos, como Schopenhauer, Nietzsche se interessa pelo tema do sofrimento e se dedica a um aprofundamento de seu sentido. Ainda que não seja desejado, o sofrimento é reconhecido pelo autor como afeto natural que permeia a vida. Ele reconhece o próprio sofrimento como ponto de partida para contemplação da existência humana, ao ser submetido a um tipo de ócio suscitado pela necessidade de repouso de um homem enfermo.

O ócio surge, nesse contexto, como um descanso apropriado para uma possibilidade de elevação de si mesmo, de superação da *causa* do cansaço. Esse descanso traz luz ao enfermo que, envolto em um tipo de doença além das patologias do corpo, pode vislumbrar que “em geral está doente de seu ofício, de seus negócios ou de sua sociedade, e que por causa dessas coisas perdeu a capacidade de reflexão sobre si mesmo: ele obtém esta sabedoria a partir do ócio a que sua doença o obriga” (HH I, 289). A proposta de Nietzsche é oferecer um horizonte de escape dos ciclos de sofrimento, de modo que, após suportar sobre si essa angústia, é

possível tornar a vida mais leve com a capacidade de criação (Cf. ZA II, Do superar a si mesmo).

Nietzsche elogia a natureza do ócio tanto quanto elogia o ofício do artesão, ainda se mantendo crítico à preguiça, ao desleixo e à prostração (HH I, 284). Tendo em conta essa interpretação, tanto o trabalho de criar quanto o talento do criador são intimamente atrelados à capacidade de dizer *sim*. Dizer “sim”, no entanto, é tão necessário quanto dizer “não”, pois, ao negar algo, permite-se o “sim” para outras perspectivas, já que faz parte da capacidade de escolher entre o que quer a *vontade* do criador e de desprezar o que se opõe a sua própria vontade de querer (Cf. ZA II, Dos Renegados). O trabalhador que cria, consciente de sua criação, também deveria ser capaz de dizer *não*. Onde não há voz para dizer “sim” ou “não”, há resignação e, conseqüentemente, *decadência*. O ócio, pode ser compreendido como um dizer “não” a algumas atividades e “sim” a outras, principalmente afirmativo quanto à reflexão introspectiva ou a criação artística.

Segundo essa perspectiva, a capacidade de imaginar e de criar é a maior possibilidade de redenção do sofrimento. A criação artística ou atividade intelectual são reverberadas em consonância com a contemplação despropositada, no sentido de que não precisa ser *útil* para ser considerada uma atividade saudável e desejável. A vontade do criador é justificada pela vontade em si mesma, para si, sem apreensão teleológica. Em seus escritos, o autor revela que a vontade criadora é dotada de *pureza*, repleta de *vivacidade* e inocente como a vontade das crianças. Essa vontade, segundo ele, há de ser alegre, livre, leve e sem cansaço (Cf. ZA II, Nas ilhas bem-aventuradas). É a partir dessa consideração que o descanso surge na filosofia nietzschiana como um combustível que alimenta a capacidade de criação.

O tipo de ócio exercido pelos gregos era adequado ao arranjo sociocultural desse povo e da época em que viviam. De certa forma, o ócio era reservado e estimulado apenas à aristocracia grega, que vivia, sobretudo, em função da sabedoria e das decisões políticas. Com exceção do esporte, tarefa também elevada exercida pelos aristocratas, o “trabalho” era tudo aquilo que fazia suar (DE MASI, 2000, p. 16). No entanto, o ócio de filósofos não-aristocratas, como Sócrates incomodava os cidadãos gregos por não atender as demandas exigidas pela Pólis segundo a sua posição social (MAZAMBONI, 2023, p. 46). Ele foi acusado de desviar a atenção dos jovens das suas obrigações econômicas e políticas, “distraindo-os” com a ociosidade de uma filosofia que não tinha propósitos para além do conhecimento em si mesmo. Sua insistência e impertinência (HH I, 433) em compreender o exercício filosófico como exercício constante de contestação foi a causa da acusação que culminou em sua condenação de morte.

Os valores que atribuem ao ócio a condição de forma de vida contemplativa, que propicia o exercício filosófico, derivam da influência das escolas de pensamento (*skholè*), que carrega o sentido de “lazer estudioso” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 73), do qual não está excluída a atividade. A origem do ócio com a *skholè* denota o compromisso do pensador com o conhecimento, uma experiência vital, uma esfera de desenvolvimento a partir de uma ação que se sustenta em três pilares essenciais: livre escolha, fim em si mesmo (autotelismo) e realização e satisfação pessoal (CABEZA, 2016, p. 13). Isso significa que o mero lazer, a atividade desinteressada com fim somente recreativo não possui o mesmo significado que o ócio, embora também se associe à nobreza como uma escolha pessoal capaz de rejeitar o compromisso para dizer *sim* às frivolidades do divertimento. Nietzsche denomina esse período de ausência de labuta de “ideal de ócio de um século sobrecarregado”:

[...] Mas nunca lhes deixaram tempo para dar a si mesmos uma direção; pelo contrário, desde a infância foram habituados a receber uma direção. Quando estavam maduros o bastante para serem “enviados para o deserto”, foi feito algo diferente — foram utilizados, foram afastados de si mesmos, instruídos para serem usados cotidianamente, ensinados a enxergar nisso um dever — e agora não podem mais dispensar isso, e não querem que seja diferente. Apenas não se pode negar, a esses pobres animais de tiro, as suas “férias” — como é chamado o ideal de ócio de um século sobrecarregado: quando se pode folgar e ser estúpido e infantil à vontade. (A, 178)

O tempo de “descanso” acarretado entre as jornadas de trabalho não deve ser estimado como ócio por se tratar de uma breve recuperação para o trabalho, em função da produtividade. O tempo de descanso que resta aos trabalhadores não evoca o prazer genuíno do ócio; ao contrário, apenas os resigna a um estado de entorpecimento. Embora não haja, necessariamente, uma restrição de prazer no ócio, há um tipo de prazer caracterizado pelo simples amor ao conhecimento, de desejo de conhecer. O “lazer estudioso” relativo ao ócio é distinto dos estudos com fins de acúmulo de conhecimento, como explica Nietzsche na *Gaia Ciência*:

[...] Sim, às vezes basta somente o *amor-prazer* do conhecimento (curiosidade), basta o *amor-vaidade*, o hábito da ciência com a segunda intenção de honras e de segurança material, basta mesmo para muitos não saber o que fazer do tempo que perdem e que empregam em ler, colecionar, observar, relatar; sua “inclinação científica” não é outra coisa senão aborrecimento [...]. (GC, 123)

Mesmo a atividade profícua da investigação científica não está isenta dos problemas modernos decorrentes da cultura do trabalho. Na sociedade de desempenho todas as atividades são exercidas de forma que se voltem para o lucro, concentrando os esforços da maioria dos homens e uma falsa sensação de naturalidade do trabalho exacerbado. Todavia, a

ideia ingênua de que a boa atividade deve ser permeada pelo lucro como fim mais elevado “constitui uma completa inversão das ordens das coisas” (RUSSELL, 2024, p.32). Com os modernos, os iluministas compreendem a razão como suporte fundamental para resolução de todos os problemas que afligem a humanidade, o que inaugura um empreendimento de homens que não tinham preocupações nos âmbitos econômicos ou práticos, eram os maiores admiradores do ócio, depois dos gregos (DE MASI, 2000, p. 45).

A partir da Modernidade a humanidade foi ludibriada e encantada pelas ideias de igualdade que introjetou na vida social a ilusão de dignidade, uma quimera cuja garantia como ideal era mais importante do que sua experimentação de fato, ou seja, “a noção superficial de que os trabalhadores modernos são livres para escolher o caminho que seguem apenas porque não são explicitamente reconhecidos como escravos, revela que a Modernidade incide uma ignorância generalizada a este respeito” (MAZAMBONI, 2023, p. 46). Embora a desigualdade existisse, a opinião pública era tomada pela ideia de que todos eram igualmente livres, no sentido de que não possuíam senhores.

A essa ilusão metafísica, intitulada “liberdade”, se contrapõe a árdua realidade do trabalho sistematizado e mecanizado das sociedades pós-industriais, uma vida laboriosa antagônica ao ócio grego, mais similar ao que os cidadãos gregos entendiam como punição (MAZAMBONI, 2023, p. 47). Como alegoria para essa contextualização histórica e social, o mito de Sísifo exemplifica a imagem do trabalho para os nobres: um homem é punido pelos deuses por sua impertinência, obrigado a realizar um trabalho incessante e com propósito vazio, de rolar uma pedra de mármore com as próprias mãos até o topo de uma colina, vê-la descer novamente morro abaixo e repetir o processo, invalidando o trabalho despendido.

A palavra “trabalho” deriva do latim *tripalium* (DE LIMA, 2019, p. 79.), um instrumento de tortura criado e utilizado pela Igreja em contexto de Inquisição, geralmente de madeira, composto de três tábuas cruzadas, nas quais o réu era preso e eviscerado. O *tripalium* passa a ser associado à *officia* (ofício, trabalho), como uma possível reinterpretação cristã da apreensão da labuta influenciada pela perspectiva grega. Considerando o pressuposto de que o ócio, outrora uma atividade nobre, foi sobrepujado pela ideia de um alívio do cansaço e do esgotamento, é possível afirmar que o sentido do ócio mudou com o avanço e enredamento das relações humanas.

A abstinência dos prazeres em geral, principalmente do prazer de saber, de conhecer, de questionar e aprender, são resultados da moralização (BM, 189) da relação entre homem e trabalho. Essa disposição moral dá à luz a uma sociedade obcecada com a produtividade do trabalho, que despreza o ócio, considerando-o indecente e perigoso. Todo o tempo de vida de

cada indivíduo é dedicado ao esvaziamento de pertencer a uma manada de servos absortos no trabalho com único propósito de lucro e acumulação. O *fim* do trabalho na sociedade pós-moderna perdeu-se entre a aposta de uma vida de “sucesso” financeiro e a noção moral de que o trabalho é de todo *bom*, enquanto o ócio é de todo *mal*.

2. O ÓCIO ENOBRECE O HOMEM

Para Nietzsche, ócio nobre é negado a partir da transvaloração cristã que subverte os valores gregos. Na sociedade grega antiga, os nobres concebiam a noção básica de *bom*, a partir de deles mesmos, o *ruim* surge depois, como consequência, como o que é o “outro” da nobreza. O ruim pode ser considerado aquilo evitado por ser desprezível, mas não é adversário. O escravo só consegue conceber o que é bom invertendo os valores de seus senhores (BM, 260), ou seja, tudo que era *ruim* para os gregos nobres torna-se *bom* para os escravos, por outro lado, o que era *bom*, torna-se *mal*, mais nocivo do que era antes o *ruim*. Já o mal é o que há de pior para os escravos, é o adversário e odioso, um termo carregado de *ressentimento*.

É assim que se estabelece a moralidade escrava, uma ordem social fundada em deturpações, alimentada por ressentimento, o que estraga as relações e afetos entre os homens. Para Nietzsche, o cristianismo é desequilibrado, proibitivo, antinatural (GM, Primeira Dissertação, 16). O autor defende que o império cultural do cristianismo vigora no Ocidente e leva a vitória da mediocridade moderna. A dificuldade em tratar da polêmica questão moral de uma perspectiva crítica dá-se justamente porque o objeto parece estar situado em uma esfera qualificada por ele como “campo religioso”, considerando que as obras que tratavam da moral até então eram majoritariamente religiosas, denominadas por Nietzsche como “preconceitos teológicos do moral” (MANIERI, 2015, p. 17). Graças às suas indagações, Nietzsche procura um campo mais concreto. Parte, então, a reconsiderar o estado social da moral e encará-la como um conjunto de valores. Essa valoração, que não pressupõe uma dualidade, fundamenta a ideia de que o valor moral é uma produção (e reprodução) humana.

Ansiando por uma nova “efetiva história moral”, o filósofo se dedica ao estudo da moral como um novo campo de interesse filosófico (GM, Prólogo, 3) inclinado a propor um “melhoramento” da cultura e da sociedade com base no questionamento constante e valorização do intelecto no processo de criação de novos valores morais e na crítica à superstição presente na filosofia durante séculos. Ele elogia ações dotadas de nobreza como a autenticidade, a superioridade de pensamento e de posição, a coragem e a força dos gregos helenos (CI, O que devo aos antigos, 3). Nietzsche identifica, a partir de Platão e de sua escrita decadente, um tipo de fraqueza que culmina em uma reconfiguração da moral e da cultura, herança deixada aos cristãos que cultivam ódio ao mundo real em detrimento às ideias. Essa vitória do niilismo no Ocidente é marcada pelo ódio, ressentimento sob qual se

estabeleceram sacerdotes e os “pregadores da morte” que cultivam “a práxis da igreja é inimiga da vida...” (CI, Moral como Contra-natureza, 1).

O tema do ócio é expresso como valor moral nobre nos textos nietzschianos em contraposição à transvaloração cristã que assumiu o ócio dos gregos como um vício e uma imoralidade. Essa apropriação do sentido do ócio pelos cristãos que deturpou o seu sentido original deu lugar a uma “apologia ao trabalho” que visa concentrar a ação humana na atividade laboral a fim de submeter os homens a uma dívida eterna com uma “divindade” (GM, Segunda Dissertação, 20). Com isso, não se permite condições para uma vida contemplativa e criativa que, consequentemente, proporcionaria maiores condições para reação à moral cristã imposta sobre os homens. Nietzsche aborda esse paradigma como uma “glorificação” do trabalho (CHAVES, 2011, p. 182) e valorização como “benção”, compreendendo as transformações históricas da ideia de trabalho que conformaram a sociedade moderna sob uma coercitividade que enfraquece a humanidade e torna suas vidas indignas.

A doutrina cristã incita o temor ante o que é individual, autêntico e disruptivo, incentivando a exploração do trabalho, como se a ocupação das horas de vidas dos homens servisse a eles como uma “polícia”, aquela capaz de deter “as rédeas de cada um e sabe impedir o desenvolvimento da razão, dos anseios, do gosto pela independência” (A, 173). Essa apreensão do trabalho como controle social está enraizada em um sentimento de ódio ao que é humano e à sua animalidade, tipicamente rejeitados por uma cultura niilista, de “pregadores da morte”, que desvaloriza a experiência terrena dos homens (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p. 101). Para Nietzsche, essa perspectiva leva à negação dos prazeres e dos instintos próprios da natureza humana, a uma decadência cultural e uma perda ou desperdício de potencial para uma elevação da humanidade.

A crítica de Nietzsche revela as contradições presentes na moral vigente que tendem a reforçar a ideia de que o ócio corrompe o homem e, ao mesmo tempo, valoriza o descanso e a vida contemplativa do criador (HH II, 274) no livro de *Gênesis*. Nesse mesmo mito, o trabalho surge como um castigo aos pecadores, como consequência do pecado e do atrevimento de buscar saborear o “fruto” do conhecimento. O homem cristão é condenado ao trabalho sem que nunca possa aproveitar as “benções” produzidas por seus esforços (CHAVES, 2011, p. 183), já que a avareza é mais um pecado que submete o homem a uma subserviência humilhante. Os prazeres terrenos, de forma geral, são considerados negativos graças à moral escrava e a vida terrena deve ser concebida como uma forma de vida laboriosa e desafortunada, assimilando a existência humana em um tipo de ascetismo doentio, inspirado

no sofrimento de Cristo, enquanto os valores positivos são referentes às experiências mais extenuantes e miseráveis.

Nietzsche demonstra também a falta de coerência na religião cristã que propõe que, em uma sociedade cristianizada, existe uma promessa sutil de que o trabalho humano pode ser reduzido, se considerado o poder da fé e da "magia" do ritual religioso para a vida prática. Os oprimidos pela vida laboriosa, os escravizados, como os representados no livro de Êxodo, deveriam clamar para que Deus "trabalhe" em favor da fé (HH II, 97), aliviando-os da necessidade de esforço contínuo, o que contradiz diretamente a decisão divina de que os homens devem se submeter ao trabalho como forma de castigo para que "paguem" por seus próprios pecados. Segundo essa visão pragmática e utilitária da religião, a fé promete um "ganho de ócio" ou uma redução do esforço, mas fundamentada em uma ilusão que submete os homens a uma elucubração que dura até o fim de suas vidas, uma espera ingênua por um descanso que jamais experimentam.

Considerando a virada histórica entendida por Nietzsche como a "morte de Deus", tem-se como resultado o colapso das bases metafísicas e morais da sociedade ocidental, antes sustentadas pela crença em uma ordem divina. É com a "morte de Deus" que a humanidade perde o referencial absoluto de sentido e valor moral, levando-a um vazio existencial, lacuna ocupada pela doutrina do trabalho e pela glorificação de uma vida laboriosa. O trabalho passa a ser um novo valor absoluto, uma atividade incessante que oferece um senso de propósito, uma motivação e resposta à falta de significado da vida. É nesse contexto em que a morte de Deus impacta a vida social, evidenciando uma "total orfandade do homem frente a um universo frio e indiferente que conduz, irremediavelmente, à angústia" (GALLARDO, J. p. 169). O problema, segundo Nietzsche, é que, em vez de buscar o ócio criativo e uma vida contemplativa que permita o surgimento do novo, pela arte e pela filosofia, as pessoas, sem capacidade de criar novos propósitos e valores, se tornam parte de uma "máquina" de produtividade constante (AS, 170).

Os interesses de uma sociedade laboral são homogeneizados e idealizados a partir de uma moral de submissão, sem que seja possível contemplar alternativas quanto à forma de vida. A repetição e o mimetismo marcam essa configuração, presente desde a educação dos homens até o ofício e a perpetuação de valores da moral escrava. É sob a hegemonia da "igualdade" que o indivíduo se torna uma ameaça, e numa cultura que glorifica o trabalho acima de qualquer outra atividade, a ideia de "utilidade" é a justificação para uma vida de submissão. Reproduzindo as mesmas falhas dos utilitaristas (GM, Primeira Dissertação, 2), a

sociedade laboriosa compreende o *bom* como o que é *útil*, o *útil* como aquilo que propicia *lucro* e, por consequência, o *bom* se torna tudo que é restrito à cultura do trabalho.

2.1 O tédio e a máquina

O declínio da cultura e do intelecto humano é também associado ao fenômeno do avanço abrupto da tecnologia, incluindo o avanço das máquinas para o trabalho, desde a Revolução Industrial. Embora o desenvolvimento tecnológico permita, teoricamente, uma redução de esforços físicos dos homens no trabalho, outro esforço deve ser exercido para que os homens se libertem de suas amarras à cultura laboriosa: a de enfrentar o hábito dos trabalhos repetitivos e maquinais para aprender atividades criativas, dignas de seres humanos (DE MASI, 2000, p. 21). Para Nietzsche, tecnologia é produto da criatividade e do aprimoramento da cognição humana, mas que converte o seu operador em um objeto tão maquinal e sem vida quanto ela mesma.

A máquina, ela mesma um produto da máxima energia intelectual, põe em movimento, nas pessoas que a utilizam, quase que só as energias inferiores, *sem pensamento*. Nisso libera uma infinidade de energia que senão permaneceria dormente, é verdade; mas não dá o impulso para subir mais alto, fazer melhor, tornar-se artista. Faz as pessoas ativas e uniformes — mas isso produz, a longo prazo, um efeito contrário, um desesperado tédio da alma, que por meio dela ensina a aspirar por um ócio pleno de mudança. (AS, 220. Grifo nosso.)

Além de tratar da repetição e do rebaixamento do homem à condição de objeto sem vida, o trecho supracitado estabelece uma relação entre a cultura da máquina e o tédio (GC, 42). No mundo contemporâneo, o trabalho tem como fim o salário, ou seja, o trabalho deixa de ser um meio para se constituir em um fim em si mesmo. A função do trabalho não mais se refere ao valor da vida e da busca pela criação, nem pelo aprimoramento dos objetos que permitam “compensar” as fraquezas humanas, além de não mais servir também para expressar a potencialidade humana (DE MASI, 2000, p. 21). A vida dedicada ao trabalho com motivação apenas de ganho de salário exclui qualquer prazer (CHAVES, 2011, p.182) e sufoca os homens em uma realidade onde não há possibilidade de reflexão e nem contemplação, apenas o tédio do hábito. A esse tipo de sentimento apático relativo à exclusão dos prazeres em favor do trabalho maquinal, o ambíguo e problemático tédio, atribui-se valor negativo.

O prazer suprimido é o que dá origem ao tédio, por intermédio da “benção do trabalho”. O tédio é compreendido pela sociedade laboriosa como um inimigo, um sentimento que ameaça o trabalho, mas para Nietzsche o tédio é apenas uma manifestação do desprazer promovido pelo trabalho como fim (CHAVES, 2011, p.183). O trabalhador entediado não deveria se preocupar com o “perigo” do tédio, e sim com as forças sociais que o submetem a

uma vida laboriosa. O tédio é sintoma, um aviso, um alerta para os “espíritos inventivos”, que antecede a necessidade de criação e impulsiona os homens para atividades intelectuais. Em oposição ao senso comum da sociedade laboriosa, de afastar e atacar o tédio, Nietzsche compreende, inicialmente, que é preciso aprender a suportá-lo, destacando a função criadora do tédio, subvertendo seu caráter patológico, em relação à associação que possui com a melancolia, por exemplo, tal como supuseram psicólogos contemporâneos ao autor.

Assim como se faz necessário compreender e suportar o tédio, é preciso assimilar a máquina como uma ferramenta que permita a construção de uma vida melhor. A máquina não é um fim em si mesma (DE MASI, 2000, p. 38), mas é a substituta ideal do trabalho escravo, que outrora permitia que homens “superiores” pudessem viver uma vida contemplativa (HH I, 439), mas que no contexto contemporâneo seria um regresso, algo nada civilizado. No entanto, a simples existência das máquinas não liberta a humanidade da moral escrava, nem mesmo é capaz de promover a superação da glorificação do trabalho e a moral da vida laboriosa (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p. 100), já que as máquinas são submissas aos seus criadores. Os homens precisam compreender-se como os criadores, não como submissos às máquinas e nem semelhantes a elas, para isso é necessário que a cultura estabeleça a diferença entre criador e criatura.

O trabalho realizado pelos homens modernos e livres é similar ao dos servos e plebeus medievais, com a diferença de que os modernos se submetem ao trabalho por “própria vontade”, no sentido em que a mediação entre os trabalhadores e seus senhores é feita por um contrato assinado por ambas as partes. Essa “escravidão irracional” não é constituída com base nas ideias explícitas de “castas”, ou seja, não é dada por uma divisão consciente de nobres e escravos justificada por raça, nacionalidade ou tipo de trabalho, mas por sua continuidade e perspectiva incessável (MAZAMBONI, G, 2023, p. 37). É por essa “falta de consciência” moderna que os indivíduos são subjugados ao lugar de máquina, de escravos, operários ou servos.

É imprescindível considerar que a noção de “tempo” invade a questão do trabalho dos homens modernos e contemporâneos, ao passo que a meditação e a vida contemplativa são inibidas pelo estímulo à pressa presente nessa cultura laboriosa. Mesmo os homens mais ricos, os burgueses e investidores que não “dependem” do próprio trabalho como forma de subsistência, não são capazes de dedicarem à atividade superiores, por estarem tão submissos à “agitação moderna” e a busca incessante por lucro que acabam por ser tornar tão escravos como o resto dos homens. A distinção entre “nobre” e “escravo”, nesse sentido, se dará,

principalmente, pelo “tempo de contemplação” que cada um detém, e não pelo trabalho de estar em atividade, servindo *ao que e a quem* (MAZAMBONI, 2023, p. 36).

O ócio é imprescindível, inclusive, para tornar possível mensurar o que é o *tempo* na sociedade contemporânea, sem que o conceito tenha que ser resignado à asfixiante pressa com que trabalham. A máquina “relógio” não é capaz de estratificar o que é o *tempo*, mas consubstancia a ideia de avanço das horas, minutos e segundos; de atraso ou de pontualidade; de duração e de produtividade, o que é entendido como útil para a exploração do trabalho nas sociedades modernas. A vida passa a ser calculada (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p. 102): há hora para as atividades laboriosas, as horas e os dias úteis; há outras as horas e dias de inércia e indolência, sem que haja espaço para a contemplação. Esse “cálculo” é comum a todos os homens modernos, desde às fábricas aos lares (DE MASI, 2000, p. 62), mais uma forma de homogeneização dos homens e modo de aminguar a temida individualidade.

O “adoecimento da alma” da sociedade cansada nasce da dificuldade de conceber a vida para além dos números instituídos pela glorificação do trabalho, de valorização do lucro e sujeição à máquina e ao relógio. Objetivando superar essa configuração e, ao mesmo tempo, evitar a indolência, Nietzsche propõe a via do ócio, própria da vida contemplativa, que despreza a falsa oposição (ASSUNÇÃO, 2014, 75) entre o trabalho e o lazer, folga ou “desocupação”, suplente típico e enganoso do tédio. É com a falta de prazer no trabalho apressado do homem ativo que a modernidade adoece e passa a valorizar os prazeres, mas, por força do hábito, sofre com a dificuldade de buscar prazer sem declinar em convergência com a inércia dos preguiçosos.

Contrariando a “pressa no fazer” e a necessidade automática e maquinal de sempre estar em atividade, Nietzsche não trata apenas da necessidade de suportar o tédio como também do cultivo de uma tranquilidade que remete à lentidão, paciência e esmero necessários para o intelecto e para o prosseguimento na busca de conhecimento (ASSUNÇÃO, 2014, p. 77). A pressa dos homens modernos os afasta da dedicação fundamental para o entendimento, rebaixa o conhecimento e o intelecto em detrimento das atividades “rápidas” e “úteis”. O filósofo considera que essa moralidade é “hostil à vida” e promove uma visão negativa do ócio, por isso propõe que o ócio deva ser revalorizado como um espaço etéreo para a criatividade e melhoramento da cultura.

2.2. Em favor da inutilidade

Nietzsche critica o utilitarismo por várias razões, principalmente por considerá-lo uma moral que reduz a vida a um cálculo de utilidade e ignora o potencial criativo, estético e trágico da existência humana. Para ele, o utilitarismo expressa uma moralidade que busca conforto e segurança, enraizada em valores associados à “moral de escravos”. Esse “temor” à instabilidade (GM, Segunda Dissertação, 3) não permite que outras perspectivas e formas de existência possam ser contempladas, aprisionando os homens modernos na conformidade e esvaziamento deles mesmos.

O modelo moderno de vida, calcado na atribuição de significado positivo do trabalho, é uma doutrina que incentiva a submissão. O esvaziamento de todas as coisas provoca uma crise no mundo pós-industrial, pois os homens contemporâneos passam a considerar a falta de sentido nas coisas compreendidas antes como *bens* inestimáveis, como a verdade e o *eu* (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p.100). Para os homens de nossa época, o trabalho é fonte de fortalecimento (pessoal, profissional e econômico), mas o trabalho, como sempre foi até então, segue como uma atividade que exige esforços exacerbados de determinadas classes, adoecendo-as e atando-as a enfermidade.

Mesmo a educação, nesse contexto, serve à função laboral, e não à formação crítica de indivíduos dotados de capacidade de pensar de forma independente. O utilitarismo domina o consciente coletivo para que o conhecimento libertador dê lugar ao conhecimento *útil*. A formação de “doutos” pela academia apenas contribui para o trabalho e para a produtividade. Os eruditos criticados por Nietzsche, que leem excessivamente, já que não conseguem produzir pensamento autônomo, não possuem respostas que deem conta do problema. Eles reagem apenas, sem agir espontaneamente e, sem a capacidade de criar algo novo, apenas consomem passivamente e supõe saber o que não conseguem explicar sozinhos (LARROSA, 2009, p. 30).

Nietzsche indica que o leitor deve abandonar o ideal dos “homens modernos” e deve ser “quase como uma vaca”, ao pôr-se a “ruminar” durante a leitura (GM, Prólogo, 8), sem se preocupar com o avanço do tempo ou com as noções de passado, presente ou futuro. A “ruminação” está associada à ideia de introspecção, de dedicação para o conhecimento, atividade contínua voltada aos próprios pensamentos, experiências e valores. Inspirado pela imagem de animais ruminantes, que mastigam repetidamente seu alimento, Nietzsche usa essa metáfora para descrever um processo mental em que o indivíduo “digere” suas próprias ideias de modo lento e cuidadoso. Como um elogio à capacidade de revisitar, repensar e assimilar as

experiências pessoais, a ruminação colabora com a criação e a “lentidão é a categoria da prudência” (DE MASI, 2000, p. 198).

O tempo nas obras nietzschianas não está isolado do ruminar, porém, é crucial que esse tempo seja proveitoso, que seja todo tomado pela atividade intelectual, que nele seja possível projetar um futuro no qual a vida se torne melhor e mais aprazível, sem pensar no passado. É necessário dar lugar ao esquecimento para abrir portas para um novo conhecimento, pois “Para que a história sirva à vida, é preciso que dela produza um futuro e, para que isso se torne possível, é preciso que nós nos alegremos com a nossa falta de sabedoria” (BILATE, 2022, p. 24). Esquecer é importante para aprender novas coisas, isto é, ser capaz de amar o aprendizado por ele mesmo, e não com o fim de acumular conhecimento para se tornar um erudito demasiado cheio, “obeso”, que transborda o conhecimento devorado e não digerido, um tipo de conhecimento acumulado sem que seja possível fazer um bom proveito dele.

A crítica de Nietzsche demonstra que a verdadeira educação deve capacitar os indivíduos a se tornarem agentes ativos, capazes de pensar criticamente e criar novos conhecimentos. Embora o leitor moderno seja considerado por Nietzsche um tipo de “homem de rebanho” (LARROSA, 2009, p.38), ele não “rumina” como desejável, no sentido de não se comprometer com uma leitura lenta, nutritiva. Como gado, apenas segue a manada sem contestar, ao tempo que lhe é imposto, sempre deprimido pelo tempo desperdiçado no passado e pela ansiedade de perder tempo no futuro. A proposta dionisíaca de Nietzsche, que incentiva a valorização da destruição em benefício da criação de algo novo pode ser considerada uma lição pertinente para que se construa um novo homem, um ser “para além de si mesmo para que algo novo possa aparecer” (LARROSA, 2009, p.9).

A conformação da educação aos moldes da sociedade de desempenho ocasiona o desinteresse geral pelo conhecimento, o enfraquecimento da cultura ocidental e o “nanismo” intelectual dos sábios do mundo pós-moderno. Essa circunstância de enfermidade sob a qual a cultura ocidental se conservou nos últimos séculos, um estado de *decadence*, passou de indício de adoecimento da cultura ao trágico laudo de quadro terminal do prazer de *viver* e *agir* para além do trabalho. De acordo com Nietzsche, sob privação do ócio, a humanidade está entregue ao fato de que “se ainda se encontra prazer na sociedade e nas artes, é um prazer de escravos cansados pelo trabalho. Ah! Como fica contente por pouca coisa essa gente culta e inculta” (GC, 329).

O conhecimento nobre e o estímulo ao prazer e à reflexão presente nas artes foram suprimidos pela “falta de utilidade” da arte nas sociedades modernas. Ainda que a sociedade

laboriosa sinta algum prazer com a arte, restringe sua apreciação ao que resta, após uma jornada de trabalho. O que antes era reconhecida por Nietzsche como a “Grande Arte”, capaz de evocar “os mais poderosos meios de excitação, que sobressaltariam até um semimorto; têm estupefações, embriaguezes, convulsões, paroxismos de lágrimas” (AS, 170) foi reduzida a mercadoria, assim como qualquer outra forma de arte, como a “pequena arte”, a “a arte do descanso, da divertida recreação”. A arte padece e se torna uma mercadoria para a distração, conforme o autor menciona no seguinte aforismo:

Nós temos a consciência de uma época laboriosa: isso não nos permite dedicar à arte as melhores horas e manhãs, ainda que essa arte seja a maior e mais digna. Para nós ela faz parte do ócio, da recreação: damos-lhe o resto de nosso tempo, de nossas forças. — Este é o fato mais geral que alterou a posição da arte diante da vida: ao fazer grandes exigências de tempo e energia aos seus receptores, ela tem contra si a consciência dos laboriosos e capazes, é dirigida aos indolentes e sem consciência, que, no entanto, em conformidade com sua natureza, não têm ligação justamente com a grande arte e veem as exigências desta como pretensões. Então ela bem poderia acabar, pois faltam-lhe o ar e o espaço; ou — tentar, numa espécie de aviltamento e travestimento, aclimatar-se a esse outro ar (suportá-lo, pelo menos) que é o elemento natural apenas para a arte pequena, para a arte do descanso, da divertida recreação. É o que agora sucede em toda parte: também os artistas da grande arte prometem repouso e distração, também eles se dirigem ao homem cansado, também eles lhe solicitam as noites dos seus dias de trabalho — de modo igual aos artistas do entretenimento, que se satisfazem em obter uma vitória sobre o cenho franzido e os olhos fundos. (AS, 170)

Por esse motivo, as manifestações artísticas, mesmo as mais sublimes, começam a conformar-se à valorização moral do trabalho. Assim, a "grande arte" sucumbe progressivamente a um processo de "degradação" e "disfarce", abrindo cada vez mais espaço para a "pequena arte", já inteiramente adaptada como uma arte de descanso e de recreação leve (CHAVES, 2011, p.178). Para lidar com a “Grande Arte” de forma adequada é necessário um esforço de atenção e compreensão da necessidade do “supérfluo”. Para Nietzsche, um indivíduo verdadeiramente forte ou uma cultura vital precisa do *supérfluo*, pois é ele que impulsiona a criatividade, o prazer e o desejo por experimentação. O tempo pode ser entendida como qualidade do que excede a necessidade funcional da vida prática, não se restringindo ao utilitarismo ou à mera sobrevivência (HH I, Prólogo, 8).

O esforço empregado nas atividades consideradas *supérfluas* na sociedade de desempenho, de maneira contrária, consideradas as atividades mais elevadas nas obras de Nietzsche, não é o mesmo esforço irracional consumido pela atividade laboral dos modernos. Uma boa leitura, segundo o que Nietzsche considera, é considerada uma *superfluidade* para os modernos, pois consome tempo e dedicação, "Ele exige muito" e não tem necessariamente resultados “produtivos”, nem de lucro, nem de utilidade. Segundo o próprio autor, alguns de seus textos se dirigem a quem compreende a fraqueza utilitária, são obras voltadas “a pessoas

que não vivem atormentadas por uma obrigação boçal, ele pede sentidos delicados e exigentes, tem necessidade do supérfluo, da superfluidade de tempo, de clareza de céu e coração, de *otium* [ócio] no sentido mais temerário” (HH I, Prólogo, 8).

Não somente o trabalho, mas a ideia de trabalho útil, a teleologia do trabalho que o afasta da atividade laboral por ela mesma, interfere diretamente na cultura de modo geral, desde a privação da arte digna ao homem moderno (MAZAMBONI, 2023, p. 16) até o condicionamento do artista uma função de entretenimento vazio de complexidade e vitalidade. A educação, as artes e o tempo se conectam socialmente em torno da questão da utilidade e dos frutos das atividades, vistas sob a ótica do lucro. O tempo, por sua vez, transforma-se em mercadoria, sendo aproveitado ao máximo para que os indivíduos sequer disponham de tempo para refletir sobre o que constitui um "bom uso do tempo". Contudo, o tempo dedicado exclusivamente ao trabalho nos últimos quatro séculos permanece inalterado; a diferença reside na maneira como a sociedade molda a relação do ser humano com o tempo.

O homem é um animal histórico (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p.104) que concebe o tempo como expressão de sucessivas causas e efeitos. No entanto, as ações marcadas pelo tempo não acontecem no tempo em si, e sim no mundo, apenas parecem ser inerentes ao tempo pelo simples fato de que o tempo “está” em todos os lugares e “participa” das mudanças do mundo, justamente porque não há estabilidade na realidade que possa ser apreendida. Dentre os problemas em relação ao entendimento do tempo está o interesse fundamental sobre o uso do tempo na sociedade pós-moderna, a obstinação de como utilizá-lo, como se o tempo pudesse ser reduzido a um aparato criado para o trabalho. Nessa perspectiva, o tempo é segmentado, dividido entre tempo útil (para o trabalho) e tempo inútil (ou tempo de lazer), ainda que mesmo no tempo de descanso os indivíduos não se ausentem da lógica de produtividade e desempenho.

O homem é submisso ao tempo e sustenta essa concepção de homem o desejo moderno de controlar e disciplinar a natureza humana, eliminando qualquer comportamento que introduza imprevisibilidade aos padrões estabelecidos pelas autoridades soberanas (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p.100) A noção de utilidade torna-se, então, abjeta, desprovida de qualquer critério que pondere a real necessidade do que é considerado "útil" e sem mensuração de seu verdadeiro significado. As atividades em uma sociedade cansada são reconhecidas como “valerosas” por simplesmente serem atividades, ainda que a essa práxis falte as qualidades de uma atividade superior ou individual (ASSUNÇÃO, 2014, p. 69), ou seja, uma atividade que exprima a singularidade e individualidade dos seres, em vez de reduzi-los a meros representantes de categorias como funcionários, comerciantes ou eruditos.

Questiona-se, então, a inconsciência (ou o automatismo) do homem ativo em relação à própria finalidade de sua atividade, essa forma de ação desprovida de racionalidade e de consciência do que é feito, dos homens ativos que “rolam como pedras”, guiados apenas pela inércia cega da mecânica.

O tempo “livre” dos homens absorertos pelo trabalho é preenchido com atividades voltadas ao desempenho tanto quanto na atividade laboral, o que estimula que esses indivíduos não busquem um tipo de conhecimento que os conceda uma potência libertadora e questionadora, que os sublimam de seus estados de resignação (ASSUNÇÃO, 2014 p. 68). Até mesmo esse tipo tempo sem trabalho é considerado uma tarefa para os modernos, uma ótica que delimita o tempo “livre” a uma extensão do trabalho, com hora e lugar marcado, tempo de duração bem estipulado e atividades quantificadas. O *negotium*, que significa “negação do ócio”, permeia, portanto, todas as esferas da vida moderna. Os homens modernos são herdeiros da *negotia* que, com sentido próximo da *officia* romana, compreendem como algo próximo à “tarefa que se apresenta como um dever” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 70) e não contemplam a participação política, a reflexão sobre a vida e a existência humana, a busca dedicada pelo conhecimento na natureza, a criação artística nem outra atividade que humanize esses homens domesticados e objetificados como máquinas pela cultura do trabalho, sujeitos a uma vida “sem qualquer dignidade, sempre na iminência da exposição da morte” (NASCIMENTO; SANTOS, 2021, p. 104).

Nietzsche desconfia da distinção entre as noções de homens “úteis” dos “prejudiciais”. Ele questiona o que atribui a um homem a qualidade de “útil” ou “inútil”. Para o senso comum ou para os utilitaristas, o indivíduo “útil” se refere àquele que possui a capacidade de preservar a espécie, sendo o seu contrário, o inútil ou prejudicial, aquele que ameaça a conservação da espécie (GC, 1). Para Nietzsche, essa noção dualista é frágil, já que o mesmo homem pode ser útil e ainda assim dotado de capacidades consideradas “prejudiciais”. Mesmo os próprios valores da doutrina de negócio são nocivos à vida humana, por afetarem diretamente a qualidade das relações entre os homens e a saúde daqueles que se dedicam exclusivamente ao trabalho. Portanto, a “utilidade” do sujeito não é considerada necessariamente como um valor nobre ou motivo de elogio. Portanto, se o trabalho “útil” existe para que o homem seja “dignificado”, o trabalho é carregado de valores morais escravos.

Um erudito ou acadêmico é considerado útil e relevante ao modo que trata do conhecimento de interesse à sociedade de desempenho. O modelo de vida conveniente ao intelectual é similar ao modo de vida burguês, portanto suas ideologias parecem corroborar

com a mesma animosidade a mudanças significativas na configuração cultural, uma rejeição temerosa quanto às possibilidades de uma nova ordem social em que suas classes sejam remodeladas ou até mesmo extintas para dar lugar ao *novo* (ASSUNÇÃO, 2014, p. 76). A fim de superar o temor e a fraqueza desses homens doutos e de posição social dominante, Nietzsche compreende uma reconstrução da cultura ocidental como o meio mais eficaz para domar e conter o “decaimento das maneiras da sociedade”. Assim, seria possível estruturar a vida valorizando a educação nobre, formulada a partir de uma “melhor divisão de tempo e trabalho, os exercícios de ginástica transformados em acompanhamento de todo agradável ócio, a reflexão incrementada e tornada mais rigorosa, dando inteligência e elasticidade também ao corpo” (HH I, 250). Com ironia, ele pressupõe que os doutos não estariam dispostos a dedicarem-se a essa nova cultura por serem cansados de espírito e “de carne fraca”.

O papel do corpo para a filosofia que visa superar a fraqueza dos costumes modernos é, para Nietzsche, fundamental. É necessário reconsiderar a rejeição do corpo pela moral escrava, compreender que o trabalho se beneficia do corpo e esgota suas forças, o ócio o nutre e o aprimora. É preciso pensar o corpo para além da máquina laboriosa, compreendê-lo como meio para o conhecimento, para o pensamento e para a ação. O corpo é vivo, é o que trabalha, dança e joga. Em suma, com o corpo é possível a criação e a fruição para melhor aproveitamento da vida, da alegria e da leveza. O esgotamento do corpo e do espírito é comensurado pelo tempo, pela aceleração do modo de vida (HH II, 6), de forma que não é sequer possível apreciar do que o próprio corpo e os sentidos podem oferecer em termo de experiência.

Nietzsche compreende a importância do *sentir* e dos prazeres para a existência humana e que sua falta é o que promove enfermidades do corpo e da mente (HH II, 6). Essa ausência dos prazeres provenientes da degustação da vida é que o autor define como “ser insciente”. Ele afirma que essa rejeição dos prazeres simples é o que leva os homens ao *niilismo*, o que significa que “não ter olhos agudos para as coisas mínimas e mais cotidianas” é o “que torna a Terra um ‘campo do infortúnio’ para tantos” (HH II, 6). As motivações da má relação dos homens com seus corpos e sentidos não partem da falta de razão, segundo Nietzsche, ainda no mesmo aforismo, mas sim do excesso de razão mal direcionada “artificialmente afastada dessas coisas pequenas e mais próximas”. Essa rejeição ao corpo, aos sentidos e aos prazeres é atribuída à cultura decadente ensinada aos mais jovens pelos sacerdotes e professores, que perpetuam o idealismo e a valorização de “prestar serviços à humanidade”, incentivando a negligência dos homens quanto a si mesmos.

Embora Nietzsche admita as fragilidades do corpo, ele não as rejeita. A vida em um corpo que adoece é a mesma vida em um corpo que se aprimora, que resiste e que aprende. Por esse motivo, a vida deve ser tomada como um “mundo de perigos e vitórias, onde os sentimentos heroicos também têm seu local de dança e de jogos” (GC, 324). A vida que se submete ao trabalho é uma vida decadente, não tira proveito de nada que enobrece a vida. Não é possível enfrentar os sofrimentos comuns à vida sem arte (HH II, 175), sem ócio, sem satisfação. O ócio é o ponto de partida do homem para o conhecimento e para uma vida digna, é o que o enobrece, o fortalece e o revigora.

CONCLUSÃO

Não é possível assimilar o ócio na sociedade contemporânea sem considerar os esforços necessários para destruir valores enfraquecidos pela moralidade cristã a fim de possibilitar a criação de novos valores que se adequem à capacidade humana de conhecer, de superar e de se fortalecer, mesmo em situações de diversidades e adoecimento. A valorização da ociosidade caminha junto à valorização da humanidade e da busca pelo conhecimento. Essa afirmação se refere diretamente à questão “Como se justifica a relevância do ócio, segundo Nietzsche?”, se a relevância for considerada conforme os preceitos do humanismo e da filosofia como “amor à sabedoria”.

A relação entre as noções de “espírito livre” e “cultivo de si” dá-se na ociosidade. Para consagrar a sabedoria pessoal, a honestidade dos homens consigo mesmos é crucial, o que exige uma superação da “dissimulação filantrópica que chamamos de amor e bondade” (MAZAMBONI, 2023, p. 17). Essa pretensa “bondade”, tratada na sociedade pós-moderna como um *bem* a ser estimulado, mascara a falta de interesse ou a apatia dos homens contemporâneos. As atitudes de altruísmo são, quando existentes em uma sociedade de moral escrava, encenações de virtude, disfarçando intenções menos nobres, são fatigadas, impelidas pela coerção social, política e cultural. Praticar o amor e a bondade de forma autêntica exige que, primeiramente, sejam reconhecidas as verdadeiras motivações do indivíduo e que ele não se engane sobre quem realmente é.

O papel da filosofia é, dentre outros tipos de busca de conhecimento sobre si e suas próprias forças, uma atividade capaz de propor condições para que a consciência afirme a ação do homem a fim que ele se torne quem é (GC, 270). Nietzsche imagina um “projeto de transformação social” conduzido pelos “espíritos livres” que, libertos das amarras morais convencionais, almejam viver de forma autêntica e inovadora. Esses indivíduos se sacrificariam não por compaixão ou altruísmo imediato impelido por uma moral decadente, mas para criar um caminho de desenvolvimento e fortalecimento para as gerações futuras. O ócio, nesse sentido, relaciona-se com a ideia de um novo paradigma cultural centrado na autorrealização e no fortalecimento individual.

Por mais que o pensamento, a consciência sobre as próprias ações e a razão como exercício sejam valorizados na filosofia nietzschiana, não basta a “ode à razão” para superar o problema cultural da ausência da contemplação. Um tipo de humanidade que se almeja com a vitalidade e saúde apropriadas dependem de uma reconsideração dos modelos de educação, para uma construção de cultura mediada pelo e para o ócio. As conquistas conduzidas pelo

ócio em termos de cognição seriam capazes de elevar a humanidade em um novo grau de relação com o mundo e com a própria espécie humana.

É inegável que a relação entre homem e mundo estabelecida até a história contemporânea aparta a humanidade de sua própria natureza e a edifica como adversária de si mesma. A mesma ideologia que trata da produtividade como bem final em contexto pós-moderno é que atribui aos homens cansados a tarefa de destruírem a si mesmos, suas relações com os outros e com o mundo. Faz-se necessário refletir sobre essa ideologia que deforma o real sentido de conhecimento para adequá-lo a um utilitarismo que aparta o pensamento da mudança, pois é com ela que a sociedade se conserva em um adoecimento generalizado e cíclico.

A filosofia do presente e do futuro deve então contemplar a vida para além do trabalho e da produtividade. A atividade laboral deve servir às necessidades da humanidade, não o contrário. O trabalho, hoje, não é inviabilizado pelo ócio, já que o trabalho intelectual tem progredido junto ao avanço de novas tecnologias e máquinas. O homem deve assumir sua condição de humanidade para que não se ponha mais à disposição da máquina e não se comporte como uma. Estabelecer essas mudanças é de importância geral para garantir uma vida futura em que há prazer em viver.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, T. R. Vida Contemplativa e Ócio (*skholé*) em Nietzsche (h. D. h., 283-286 e 291; g. c., 42 e 329) e Aristóteles (e. n., x, 6-9). **Kléos** nº18, 2014. pp. 67-86. Disponível em: <https://www.pragma.ifcs.ufrj.br/kleos/K18/K18-TeodoroRenno.pdf>. Acesso em: 07 jun, 2024.
- BILATE, D. **Nietzsche: Por uma ética dos afetos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2022.
- CABEZA, M. C. O Ócio Autotélico. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 2, 2016. pp 10-29. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2024/08/MANUEL-CUENCA-CABEZA.pdf>. Acesso em: 24 set, 2024.
- CHAVES, E. Estética, Ética e Política: Em torno da questão do trabalho no segundo Nietzsche. **Dissertatio**, nº 33, 2011. pp. 173-187. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8722>. Acesso em: 13 jul, 2024.
- DE LIMA, M. X. Trabalho, Língua e Sociedade. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, vol. 15, nº 23, 2019. pp. 78-100. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/download/20422/16016>. Acesso em: 22 out, 2024.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Trad. De Léa Manzi, 3ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- GALLARDO, J. D. La filosofía como medicina: Nietzsche y Byung Chul-Han frente al nihilismo y la sociedad del rendimiento. **Protrepis**, Puebla, Ano 7, nº 14, mai./out. 2018. pp. 167-179. Disponível em: <http://www.protrepis.cucsh.udg.mx/index.php/prot/article/view/146/142>. Acesso em: 01 jun, 2024.
- HAN, B. -C. **Sociedade do Cansaço**. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. Trad. De José Alfaro. Lisboa: Antígona, 2016.

LARROSA, J. **Nietzsche & a educação**. Trad. De Semiramis Gorini da Veiga. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LIPOVETSKY, G. **L'ère Du Vide**: Essais sur l'individualisme contemporain. Paris: Éditions Gallimard, 1983.

MANIERI, D. Nietzsche e o debate sobre a aletheia grega. Revista **Est. Fil. e Hist. da Antiguidade**, nº 29, Campinas, 2015. pp. 13 - 36. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cpa/article/download/17124/11806/43847>. Acesso em: 28 out, 2024.

MAZAMBONI, G. **A Função Crítica do Ócio**: A educação no período intermediário de Nietzsche. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Londrina, p. 114, 2023. Disponível em: https://pos.uel.br/filosofia/wp-content/uploads/2023/05/Gabriel-Mazamboni_Dissertacao.pdf. Acesso em: 3 out, 2024.

NASCIMENTO, D. A.; SANTOS, E. K. A vitória do animal laborans e o giro da máquina antropológica. **Cadernos Arendt**, Dossiê: Hannah Arendt e seus interlocutores, 2 nº. 4, 2021. pp. 95-109. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/1631>. Acesso em: 29 set, 2024.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. Tradução: Antônio Carlos Braga. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal - 45, São Paulo: Editora Escala, 2006.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**: Prelúdio de uma filosofia do futuro. Trad. De Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus S. A., 2001.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos**: Ou como filosofar com o martelo. Trad. de Paulo César de Souza. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**: Um livro para todos e para ninguém. Trad. de Mário da Silva. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**: Como alguém se torna o que é. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**: Uma Polêmica. Trad. de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. **Humano, Demasiado Humano**. Vol: I. Trad. de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. Vol: II. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 .

RUSSELL, B. **O elogio ao ócio**. Trad. De Pedro Jorgensen Júnior, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

WOTLING, P. A problemática da civilização contra a problemática da verdade: A missão do filósofo segundo Nietzsche. **Cadernos Nietzsche**, nº 26, 2010. pp. 13-34. Disponível em: <https://gen-grupodeestudosnietzsche.net/wp-content/uploads/2018/05/Cadernos-Nietzsche-26-13-34.pdf>. Acesso em: 25 set, 2024.